Comunicado de Imprensa

Lisboa, 29 de Maio de 2013

Poderão as autoridades públicas juntar à sua lista de compras um novo item – a "sustentabilidade"?

CRITÉRIOS SOCIAIS NAS COMPRAS PÚBLICAS PODEM MELHORAR CONDIÇÕES DE TRABALHO

Pioneiro na discussão da aplicação de critérios sociais no sistema de compras públicas em Portugal, o seminário "Landmark: Compras Públicas Mais Justas e Sustentáveis", a realizar-se no próximo dia 5 de junho, em Loures, irá mostrar que a aplicação de critérios sociais pode gerar condições de trabalho mais justas nas cadeias globais de produção nacionais e internacionais.

Atualmente, as autoridades públicas gastam mais de 2 biliões de euros por ano em compras de bens e serviços, representando 16% do produto nacional bruto de toda a União Europeia. Este importante poder de compra representa um enorme potencial: pode condicionar o mercado no sentido de uma produção mais sustentável, influenciar o comportamento das empresas e dos consumidores e contribuir ativamente para a proteção do ambiente e da sociedade.

Ao considerarem nos seus processos de compra e contratação, critérios sociais como o trabalho digno, a exclusão do mão-de-obra infantil ou medidas relacionadas com a saúde e a segurança dos trabalhadores, previstos pelas Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as autoridades públicas e outras organizações estão também a contribuir para a melhoria da qualidade e do ciclo de vida dos produtos que adquire, fortalecendo a sua responsabilidade social tornando-se um exemplo.

Apenas a Suécia, Alemanha, Holanda, Suíça, Espanha e Áustria têm já em marcha processos de verificação dos critérios sociais na sua contratação pública de bens e serviços. Em Portugal, e mesmo na União Europeia, ainda não existe enquadramento legal para a Contratação Pública Socialmente Responsável mas existem já algumas boas práticas e a iniciativa individual de municípios e empresas que poderá ser replicada.

Inserido no projeto europeu "Landmark: Compras Públicas mais Justas e Sustentáveis", este seminário, organizado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e pela Câmara Municipal de Loures, pretende ser o ponto de encontro para todos os compradores públicos socialmente responsáveis. O evento tem prevista a inauguração da exposição multimédia "Sabemos o que compramos?" e conta com a participação de Carlos Alberto Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ana Tenreiro, do Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, Arminda Neves, da Autoridade para as Condições do Trabalho, Maria João Estorninho, Professora da Faculdade Direito Universidade de Lisboa e Emília de Figueiredo, Vereadora do Pelouro das Actividade Económicas, Câmara Municipal de Loures.

O seminário "Landmark: Compras Públicas Mais Justas e Sustentáveis" decorre no próximo dia 5 de Junho, entre as 09h e as 13h no Palácio Marqueses da Praia e Monforte, em Loures, uma iniciativa do Instituto Marquês de Valle Flôr e da Câmara Municipal de Loures.

PROGRAMA SEMINÁRIO
LANDMARK: COMPRAS PÚBLICAS MAIS JUSTAS E SUSTENTÁVEIS
5 de junho de 2013
Palácio Marqueses da Praia e Monforte - Loures

09h00 - Receção aos participantes

09h30 - **Inauguração e visita guiada à exposição multimédia "Sabemos o que Compramos?"**

10h00 - Sessão de Abertura

Carlos Alberto Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Loures

Carlos Telles Freitas, Membro do Conselho de Administração, Instituto Marquês de Valle Flôr

Apresentação do Projeto LANDMARK | Compras Públicas Mais Justas e Sustentáveis

10h30 - Passagem do vídeo Verificação Dos Critérios Sociais Nos Contratos Públicos produzido no âmbito do Projeto LANDMARK

11h00 - Mesa Redonda "Compras Públicas Mais Justas E Sustentáveis: Uma Resposta Local Num Mundo Global"

Ana Tenreiro, LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

Arminda Neves, ACT-Autoridade para as Condições do Trabalho

Maria João Estorninho, Professora, Faculdade Direito Universidade de Lisboa

Moderação: **Mário Parra da Silva**, APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

12h15 - Debate

12h30 - Sessão de Encerramento

Emília de Figueiredo, Vereadora do Pelouro das Atividades Económicas, Câmara Municipal de Loures

O Instituto Marquês de Valle Flôr

O IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que acredita no esforço conjunto dos milhões de pessoas que em todo o Mundo procuram promover o desenvolvimento junto das populações mais carenciadas.

Centramos a nossa intervenção nos países de língua portuguesa e assumimos como missão a promoção do seu desenvolvimento socioeconómico e cultural.

O IMVF atua em todo o espaço da CPLP, tendo como principais áreas de trabalho a Cooperação e a Educação para o Desenvolvimento; é inovador na Cooperação Descentralizada com os Municípios e recebe pontualmente solicitações para intervir em Ajuda Humanitária em países onde atua em permanência.

Uma equipa dinâmica e empenhada, em Portugal e no terreno, concretiza iniciativas em setores chave como a Educação, a Saúde e a Segurança Alimentar, centrando o seu modo de atuação em parceria com organizações e instituições de cada país, e com os próprios beneficiários dos projetos, reforçando a ideia que norteia toda a atividade – de que só através da capacitação das populações é possível impulsionar o Desenvolvimento Sustentável das comunidades.

Contatos para imprensa:
Claudia Vieira Borges
Consultora João Líbano Monteiro & Associados
E-mail: **cvborges@jlma.pt**

Margarida Rocha de Oliveira
Gabinete de Comunicação IMVF
Tel.: +351 213 256 311
Fax: +351 213 471 904
E-mail: **moliveira@imvf.org**
Web: **www.imvf.org**